

ATA NÚMERO TREZE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas 10:00 horas, reuniu o Plenário da Assembleia Municipal na localidade de Miuzela – União das Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha, com a seguinte ordem de trabalhos:

I - Período antes da ordem do dia;

II - Ordem do Dia:

- 1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do n.º 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;
- 2- Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais para o ano de 2020;
- 3- Apreciação e Votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2020 – (Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril);
- 4- Apreciação e Votação da Moção “Orçamento Participativo”;
- 5- Apreciação e Votação da Moção “Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com a verificação das presenças, registando-se as ausências dos Senhores: João Paulo Pires Rolim, Miguel dos Santos Pinto, Joaquim dos Santos Lages, José António Isidoro, Joaquim Jerónimo Veiga - Presidente da Junta de Freguesia de Freixo e José Florência da Cunha - Presidente da Junta de Freguesia de Nave de Haver.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu conhecimento do falecimento do Senhor Humberto Paulo Guerra no dia 11 de julho, antigo membro da Assembleia Municipal durante muitos anos e Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Nova. Por todos os serviços prestados à comunidade, propôs um minuto de silêncio em sua memória.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, aproveitando para agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha o ter proporcionado que, esta Assembleia Municipal fosse realizada fora da sede do Concelho e nomeadamente no Centro Cívico da Miuzela.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, a próxima Assembleia Municipal, será realizada nos Paços do Município.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha – José Augusto Ferreira Freire Falcão, que cumprimentou e desejou um bom dia a todos os presentes, referindo também que estava muito grato com o facto da Sessão da Assembleia se realizar no Centro Cívico e informou de que, no final iria ser servido um almoço na Cerdeira.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava pronunciar-se sobre a ata da última da reunião da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Ata da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 19 de junho do corrente ano a votação tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

- Correspondência:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, foi recebido um officio do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, sobre os trabalhos avançados na exploração de urânio em Retortilho - Santidad (Salamanca), junto à Fronteira Portuguesa, o qual se transcreve:

“O Estado avançado do processo de licenciamento de uma exploração mineira, uma unidade de processamento de urânio e de um depósito de resíduos radioativos procedentes dessa mesma unidade em Retortilho - Santidad (Salamanca), localizado a cerca de 30 Km da fronteira portuguesa pela empresa Berkeley Minera España levou o PEV a questionar o Governo sobre o assunto entre 2013 e 2016 (pergunta nº 2303/XII/2ª; pergunta nº 151/XIII/1ª; e pergunta nº 2512/XIII/1ª, de 23 de junho de 2016).

Na última resposta dada pelo Governo é mencionado que: na sequência de diligências efetuadas junto das autoridades espanholas para a clarificação da situação dos efeitos do projeto em Retortilho - Santidad, a Junta de Castela e Leão “ comunicou que considerou não ser necessário realizar consultas transfronteiriças, atendendo à distância da exploração mineira da fronteira com Portugal, tendo já sido concluído o respetivo procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, com a emissão da correspondente Declaração de Impacte Ambiental (DIA).”

Deste modo, quanto à avaliação do impacto transfronteiriço, o Governo adianta ainda que, “possível participação do Governo da República Portuguesa poderá ser realizada, neste caso, quanto aos procedimentos ainda em tramitação, ou seja, autorização da construção da fábrica de instalação, uma vez que já terminou o processo relativamente à concessão da licença de exploração realizada pela Junta de Castela e Leão.”

Face à documentação, escassa disponibilizada à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), por parte de Espanha, a APA considera que a exploração mineira de urânio em Retortilho - Santidad poderá ser “suscetível de ter efeitos ambientais significativos em Portugal, face: à distância da fronteira portuguesa atendendo à direção dos ventos (a qual é, com alguma regularidade, dos quadrantes E/NE); e, ressaltando com maior relevo, o facto do rio Yeltes (que divide a exploração mineira em duas

zonas) ser um afluente do Rio Huebra, que desagua no troço internacional do Rio Douro (a jusante da barragem de Saucelle), considerando a importância do Rio Douro na disponibilização de água para o abastecimento público de aproximadamente 2 milhões de pessoas e para a rega de todo o Douro Vinhateiro.”

Tendo em consideração que o projeto de exploração mineira de urânio é suscetível de causar efeitos ambientais significativos no nosso país, foi transmitido pelo Governo Português a Espanha que teriam de ser cumpridos os trâmites previstos no “Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços”.

Ainda na resposta do Ministério do Ambiente ao PEV é referido que de acordo com o Protocolo foi solicitado ao Governo Espanhol mais informação sobre este projeto de exploração de urânio, assim como o DIA, já emitida, para desencadear um procedimento de participação pública em Portugal, transmitindo os resultados ao Governo de Espanha, para que sejam tidos em conta na autorização de construção da instalação.

Segundo a informação que o PEV teve acesso por parte do partido congénere Espanhol – EQUO e da plataforma STOP Urânio já estão a decorrer obras, há vários meses, nomeadamente abate de árvores e grandes mobilizações de terrenos, tendo em vista implementação da unidade de processamento de urânio.

Tendo em consideração o avançar desta exploração de urânio no terreno, que poderá acarretar riscos na qualidade das águas do Douro, por contaminação radiológica e por metais pesados, assim como riscos para a qualidade do ar nas áreas junto à fronteira, nomeadamente de particulares radioativas e contendo metais pesados, é importante perceber, uma vez que já passaram nove meses sobre a última pergunta de Os Verdes ao Governo, o ponto de situação relativamente aos documentos solicitados a Espanha e a sua disponibilização para consulta pública.

Nos últimos meses os verdes desencadearam um conjunto de iniciativas e reuniões com as populações e municípios raianos, sensibilizando também a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) para os impactos desta exploração de urânio, tendo verificado, de forma transversal por parte da população e autarquias, que existe uma preocupação acrescida sobre o perigo que representa para os seus territórios, a entrada em funcionamento desta exploração.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério do Ambiente me possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1 – Já terá o Governo Português obtido, por parte do Governo de Espanha, e ao abrigo do Protocolo entre ambos os estados nesta matéria, a informação solicitada sobre os efeitos transfronteiriços do Projeto de Exploração de Urânio em Retortilho – Santidad?

2 – Em caso afirmativo, para quando prevê o Governo desencadear um procedimento de participação pública em Portugal, para que os portugueses em geral e as populações transfronteiriças e seus representantes em particular, possam expressar as suas preocupações, e que estas sejam tidas em conta pelo Governo de Espanha na autorização de construção da instalação?

3 – Já tem esse Ministério; a informação necessária para que, se possa pronunciar de forma pormenorizada sobre os impactos ambientais que poderão advir para o nosso país com o projeto de Retortilho – Santidad.

3.1 – Se sim, qual o parecer do Governo Português relativamente a esta exploração de urânio a céu aberto?

4 – Estando previsto neste projeto de reprocessamento em Retortilho - Santidad a utilização de ácido sulfúrico para dissolver o minério de urânio, serão as medidas adotadas suficientes para evitar os riscos resultantes para as águas do Rio Douro, demasiado elevados e imprevisíveis?”

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler o documento que recebeu do Gabinete do Ministro do Ambiente e da Transição Energética sobre o assunto – Pergunta nº 3779/XIII/2ª, de 3 de abril de 2017 - Trabalhos avançados na exploração de urânio em Retortilho - Santidad (Salamanca), junto à Fronteira Portuguesa.

“Em resposta à Pergunta nº 3779/XIII/2ª, de 3 de abril de 2017, formulada pela Senhora Deputada Heloísa Apolónia e pelo Senhor Deputado José Luís Ferreira do Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes (PEV) encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética de transmitir o seguinte:

Portugal não tem uma posição “extremada” sobre qualquer tipo de projeto, pretendendo apenas salvaguardar os seus direitos de informação e participação, consagrados nos instrumentos europeus e internacionais aplicáveis, num espírito de transparência e cooperação, com o objetivo último de garantir que são evitados ou minimizados os impactes em território nacional e acautelados os interesses das suas populações.

É, por isso, necessário que ambos os Estados entrem em formas de diálogo mais sistemáticos e eficazes, que salvaguardem o pleno cumprimento dos deveres e direitos de ambas as Partes.

Neste contexto, importa efetivar os mecanismos de articulação já previstos no Protocolo de Atuação, nomeadamente as reuniões regulares entre as autoridades competentes de ambos os Estados, particularmente relevantes para a harmonização de práticas, de modo a acordar critérios comuns para determinação dos impactes transfronteiriços e, conseqüentemente, a garantia de notificação da Parte (potencialmente) Afetada.

Esta intenção foi expressa pelo Senhor Ministro do Ambiente e da Transição Energética na reunião com a sua homóloga Espanhola, em Brasília, a 20 de março de 2018, tendo posteriormente desencadeado a realização de uma reunião específica no quadro de Protocolo de Atuação bilateral, a 24 de maio do mesmo ano, com o objetivo de debater os aspetos que carecem de articulação, quer do ponto de vista da aplicação generalizada do Protocolo, quer no que ao caso específico do projeto de Retortilho - Santidad diz respeito.

A reunião decorreu de forma bastante construtiva e estabeleceu um conjunto de compromissos que serão trabalhos futuramente de forma mais sistemática ao abrigo das reuniões regulares que serão realizadas, quer relativamente ao caso em concreto, quer em termos da clarificação de critérios e procedimentos que clarifiquem os projetos que deverão merecer uma consulta transfronteiriça, por parte de cada uma das Partes.

A parte Espanhola prestou informação detalhada sobre o ponto de situação dos distintos projetos de exploração mineira de urânio de “Retortilho - Santidad” e de “Salamanca 28”, na Comunidade Autónoma de Castela e Leão. Confirmou que todos os projetos se encontram em fases iniciais da sua eventual concretização e entrada em funcionamento e que Portugal será envolvido nas subseqüentes etapas. Em particular, quanto a “Salamanca 28”, Espanha assegurará a participação de Portugal no processo de

impacto ambiental transfronteiriço. Espanha assegurará igualmente o acompanhamento por Portugal das fases subsequentes do projeto de “Retortillo - Santidad”, designadamente quanto à exploração mineira e a instalação de processamento do minério.

As Partes comprometeram-se a rever e melhorar procedimentos de consulta bilateral, incluindo através da definição de critérios objetivos de aferição de potenciais impactos ambientais transfronteiriços de projetos futuros. Trata-se de um aspeto inovador, aceite pela Parte Espanhola, que valoriza o quadro de comunicação e cooperação nestas matérias.

Ambas as Partes mostraram a vontade de negociar um Memorando de Entendimento em matéria de proteção radiológica e de segurança nuclear, que facilitará, entre outros temas, o intercâmbio de informação sobre licenciamentos, vigilância e controle de instalações nucleares e radioativas.

Esta reunião teve já seguimento positivo através do envio de informação adicional disponibilizada pelo Consejo de Seguridad Nuclear (CSN), no quadro das suas competências, em resposta às questões suscitadas por Portugal.

Entretanto, realizou-se já uma segunda reunião bilateral no quadro do Protocolo, a 8 de novembro de 2018, em Lisboa, conforme acordado, no sentido de dar continuidade ao objetivo de consideração conjunta dos aspetos que carecem de articulação, onde se abordou entre outro o projeto em apreço.

A Parte Espanhola prestou informação detalhada sobre o ATI de Almaraz e respondeu a todas as perguntas e pedidos apresentados pelas autoridades Portuguesas, confirmando-se a existência de um diálogo permanente e vigilante. Foi reiterado por ambas as partes, neste contexto, a vontade de negociar e assinar, em 2019, um Memorando de Entendimento em matéria de proteção radiológica e de segurança nuclear que facilitará ainda mais o intercâmbio de informação sobre licenciamentos e controle de instalações nucleares e radioativas.

Conforme previsto e num espírito de grande cooperação e transparência, Espanha apresentou também um minucioso ponto de situação relativo ao complexo mineiro “Retortillo-Santidad”. Neste momento, não há qualquer autorização concedida para a exploração das minas e o projeto encontra-se a aguardar ainda a entrega de informação relevante por parte do promotor. No entanto, ficou assegurado que Portugal estará envolvido, através de notificação e consulta, em todos os passos subsequentes.

De acordo com a informação, entretanto, veiculada através da Embaixada de Madrid, terão sido dados passos adicionais no quadro do processo de licenciamento que não constituem uma autorização de exploração.

Em janeiro de 2019, foram rececionadas notas informativas transmitidas pela Embaixada de Madrid sobre a aprovação de duas deliberações sobre projeto Retortillo-Santidad, referentes ao Programa de Vigilância Radiológica Ambiental e ao Programa de Vigilância e Controlo de Águas Subterrâneas.

De acordo com a referida nota, ainda são necessárias várias outras autorizações inerentes ao complexo processo de licenciamento, designadamente no que respeita ao armazenamento de resíduos radioativos.

Conclui a nota que não há, até à data, uma autorização de exploração da mina.

Adita-se que a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), instalou, em finais de junho de 2018, uma estação de espectrometria gama, para a Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente (RADNET) imersa nas águas do rio Douro, a jusante dos afluentes espanhóis e antes da primeira barragem nacional. Esta estação insere-se na política de modernização e expansão da RADNET, em curso. Trata-se de uma estação

com a melhor tecnologia disponível para deteção de emergência radiológicas e que permite a identificação imediata do material radioativo presente na água. Esta estação mantém uma comunicação contínua com a unidade central da RADNET, localizada na APA, à semelhança da que se encontra instalada na barragem do Fratel, cujos dados estão disponíveis ao público no site do Sistema Nacional de Informação de Ambiente (SNIAmb)”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu também conhecimento de um ofício que a Assembleia de Freguesia de Vilar Formoso, remeteu à Delegação Regional de Educação do Centro, referente ao pedido de esclarecimentos sobre a não abertura do 10º ano na Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso.

“A Assembleia de Freguesia de Vilar Formoso reuniu em sessão ordinária no dia 10 setembro, do presente ano. Nessa sessão foi manifestado pelos membros presentes o desagrado e descontentamento pela não abertura de turmas do 10º Ano, na Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso. Já em 2016 se verificou esta situação, ou seja, a não abertura de turmas de 10º ano o que levou a uma tomada de posição deste órgão, que se manifestou na elaboração de um documento, vulgo, carta registada dirigida ao Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Almeida, pedindo esclarecimentos sobre as razões que levaram a essa decisão. A resposta não foi convincente tendo em conta que os argumentos apresentados não tiveram em conta a realidade do concelho.

Tendo conhecimento da atual decisão tomada por V. Ex^a, dirigimo-nos a si.

Este órgão autárquico, representante da população de Vilar Formoso, no âmbito da defesa dos interesses coletivos, manifesta o seu descontentamento pela não abertura da turma do 10º ano, no presente ano letivo, na Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso. Com base na informação fornecida pelo Senhor Diretor, no dia trinta e um de julho, em reunião com a Associação de Pais depreendemos que o Ensino Secundário em Vilar Formoso deixará de ser uma realidade, a curto prazo.

É do nosso entendimento que tal facto é muito prejudicial para o futuro desenvolvimento da nossa Vila e do Concelho de Almeida, pois a Escola tem sido ao longo de anos, um polo de desenvolvimento assim com um fator de fixação da população. Salientamos que um terço da população do Concelho reside nesta localidade, sendo esta a maior Vila do Concelho e que o Agrupamento foi criado para servir o Concelho, assim é imperativo que a Escola de Vilar Formoso continue a ter uma oferta educativa em todos os ciclos de ensino. De referir, que as decisões tomadas este ano letivo não foram ao encontro dos critérios definidos pelo Conselho Geral para a abertura de turmas, sendo aquele órgão o que representa a vontade da comunidade educativa.

Solicitamos assim, esclarecimentos sobre os critérios objetivos, que levaram a esta decisão.

Pretendemos também saber se esta situação é reversível, pois acreditamos que é fundamental para Vilar Formoso e para o concelho de Almeida a continuação do ensino secundário, nesta localidade.

Relembramos ainda, segundo os rankings nacionais que a Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso, tem vindo a obter uma melhor classificação ao longo dos últimos anos em relação à Escola Básica e Secundária Dr. José Casimiro Matias. No ano letivo de 2018/2019 a Escola de Vilar Formoso, na disciplina de Português obteve a melhor média nacional.

Demonstramos a nossa indignação perante a decisão tomada de não abertura da turma de 10º ano, na Escola Básica e Secundária de Vilar Formoso.

Manifestamos a nossa disponibilidade para colaborar com todos os intervenientes do ensino no nosso Concelho, para que no próximo ano letivo possam voltar a existir todos os escalões do ensino secundário, na nossa Escola.”

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi também dado conhecimento do Relatório - Informação Sobre a Situação Económica Financeira do semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborado pela empresa Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC, Ld^a., para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), o qual fica disponível para consulta.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disponibilizou também para consulta as atas do Executivo, elaboradas desde a data da última sessão da Assembleia até à presente data.

Seguidamente e para conhecimento o Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do ofício enviado pela Câmara ao Ministério do Ambiente e Transição Energética e Presidente do Conselho de Administração de Águas do Vale do Tejo, SA, respeitante à nomeação do respetivo árbitro, com vista à constituição do Tribunal Arbitral, no processo de contencioso do sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Alto do Zêzere e Côa.

I - Período antes da ordem do dia;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava usar da palavra no período antes da ordem do dia.

Inscreveram-se os Senhores que a seguir se indicam apresentando as seguintes questões:

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi solicitado que fosse incluído na ordem de trabalhos o “Processo sobre o Orçamento Participativo”, que está a ser levado a cabo pelo Município e dizer que é favorável aos Orçamentos Participativos, mas tem vários reparos a fazer em relação a todo este processo.

Em segundo lugar pergunta ao Senhor Presidente da Câmara que, numa Assembleia em que foram aprovados os Acordos de Execução com as Associações de Freguesias foi feito por ele próprio e pelo Senhor Professor Manuel um reparo em relação à discrepância em relação aos salários dos funcionários, nomeadamente de 600,00 para 635,07 €, se já foram tomadas as respetivas medidas para resolução dessa situação, uma vez que nessa mesma Assembleia foi acordado que iria ser analisada.

Disse ainda que, e também já o referiu em Assembleias anteriores o facto de ocorrerem roturas, mas depois demoram muito tempo a ser reparadas e repostos o pavimento.

Mais referiu que, quando fez esse reparo foram de imediato normalizadas, nomeadamente as da Freineda, mas ainda existe uma que está por reparar há praticamente nove meses e quando isso voltou a acontecer não foi da mesma forma. Não gosta muito de falar destas situações de pormenor, mas acha que é uma questão de organização dos Serviços.

Por último perguntou se era do conhecimento do Senhor Presidente a abertura de um concurso para Sapadores Florestais, em virtude de ser possível criar uma terceira

equipa no Concelho de Almeida e que, segundo sabe, não foram tomadas as diligências necessárias que permitissem a criação dessa equipa.

Pela Dr.^a. Catarina Vilhena foi perguntado sobre qual a razão porque não foi lançado o Concurso de Fotografia, relativo ao evento “Cerco de Almeida”, conforme estava previsto.

Pela Dr.^a. Sónia Cunha foi dito que, a semana passada a Vila ficou 7 dias sem televisão e perguntou ao Senhor Presidente se achava isso aceitável.

A outra observação é a de que, desde junho existe um buraco na Rua Serpa Pinto e dois na Praça Dr. José Casimiro Matias, perguntando se estão à espera que chova para o pavimento ceder ou se estão à espera de algum projeto para procederem à sua reparação.

Pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, Luís Fonseca foi manifestado o seu desagrado assim como o da população de Amoreira, relativamente às bandas dissuasoras de velocidade que foram colocadas naquela Freguesia, alcatrão em cima de calçada, sublinhando que não se adequa à localidade.

Manifestou também que em relação ao que se comenta sobre a comparticipação da Câmara para as Festas do Concelho e pelo que percebeu as Freguesias para além de Almeida e Vilar Formoso, são comparticipadas em 200,00 €, achando também que isso não se adequa a um Concelho como o nosso, achando que não há igualdade nem justiça na atribuição dos valores.

Pelo Senhor Professor Gonçalves na sua primeira questão foi referido e que tem a ver com a Assembleia Municipal, em que ao abrigo do Decreto-Lei 21/2019, na sua reunião do dia 19 de junho ter aprovado a nova composição do Conselho Municipal de Educação e a pergunta é, se relativamente aos representantes do Pessoal Docente o Senhor Presidente da CAP do Agrupamento de Escolas de Almeida já foi informado da nova composição, pois como referiu na referida reunião estes representantes são eleitos pelos Docentes do respetivo Grau de Ensino e pelos membros do Conselho Pedagógico.

Dado que o Conselho Municipal de Educação reúne ordinariamente no início e no final do ano letivo afigura-se-lhe necessário proceder nesse sentido, ou seja, diligenciar junto da Direção para que seja estabelecido quais os representantes eleitos do Pessoal Docente.

A segunda questão tem a ver com algo que está a ocorrer anormalmente em Vilar Formoso, que tem a ver com a permanência de água mesmo em pleno verão numa artéria que utilizou para fugir um pouco ao trânsito da Alfândega e que tem a ver com o Cruzamento com a Rua do Celeiro com a Rua do Impasse, porque há água permanentemente no local seja no inverno ou no verão, inclusivamente com algum mau cheiro e que vai já incomodando as pessoas faz algum tempo.

Assim sendo gostaria de saber qual a origem dessa água e o que se pode fazer para resolver essa situação.

Pelo Senhor António Frias foi reforçado o que o Senhor Professor Gonçalves acabou de dizer, sendo deveras estranho que mesmo no centro de Vilar Formoso se mantenha aquela situação há vários meses. A primeira vez passou e não sabia se tinha chovido ou não e deu conta que afinal os buracos estão lá e que havia ali água permanente o que leva a crer que possa ser uma rotura de um esgoto, imaginando de que

água não deve ser, mas o que é certo que se mantém há vários meses esse tipo de situação.

Seguidamente referiu que, desde junho até à presente data, têm surgido no Concelho algumas novidades que, trazem algum tipo de esperança em relação ao que virá ser, ou que ao que todos pretendemos que seja o desenvolvimento do Concelho de Almeida.

Embora não tivesse tido tempo de acompanhar como queria a questão do Plano Estratégico para a Requalificação de Vilar Formoso estranhou que, ele fosse imediatamente para a Consulta Pública, uma vez que normalmente esse tipo de processos costumam vir à Assembleia Municipal, no entanto, entende que dado o período que era, ele foi lançado de outra maneira com uma apresentação pública e posteriormente com a Consulta Pública. A verdade é que não conhece profundamente esse Plano Estratégico, mas de qualquer maneira e mesmo não o conhecendo profundamente acha que deve ser um documento que todos devemos trabalhar nele.

Referiu ainda que, o lançamento e assinatura do protocolo para o projeto integrado de Intervenção e Revitalização da Zona da Fronteira de Vilar Formoso, aponta alguma esperança que seja uma realidade e que, de uma vez por todas, alguém tenha tido a coragem de pôr ou tentar pôr Vilar Formoso no centro das atenções e com atuações que espera venham a acontecer e de alguma forma tentem minimizar o impacto que vai ter a ligação da A62 com a A25.

Mais referiu que, neste processo a única pena que tem é que não se tenha tido a capacidade de aproveitar o outro Plano que já existia para a Revitalização de Vilar Formoso e para a Zona da Fronteira. Aquele Plano que, a Câmara Municipal e quanto a ele erradamente nunca pegou e desde o ano 2001 que está publicado. Algumas das intervenções que hoje são feitas no Plano Estratégico já eram contidas nesse documento, tendo-se dado muitos passos nesse sentido. De qualquer forma e acha que a Câmara assim o fará e espera bem que o Governo que o lançou ou o pretende lançar seja capaz de o levar para a frente.

Relativamente à assinatura que a Câmara fez ou pelo menos esteve na apresentação do Programa REVIVE e do Quartel das Esquadras em Almeida, parecendo-lhe que, este Programa terá alguma incompatibilidade com o que estava previsto fazer por parte da Câmara para essa intervenção. O Programa REVIVE é direcionado para o desenvolvimento do turismo e tanto quanto sabe, poderá não contemplar grande parte ou a totalidade do que a Câmara Municipal teria previsto para aquele espaço.

Pelo Senhor Dr. João Luís Terreiro foi entregue uma Moção sobre a Preservação do Ambiente e Natureza e Prevenção das Alterações Climáticas, solicitando que a mesma integrasse a ordem do dia para poder ser votada.

Pelo Senhor Dr. João foram ainda colocadas as seguintes questões:

Qual o ponto de situação sobre a Toponímia em Almeida, para poderem informar as pessoas.

Quais foram as ações levadas a cabo pela Câmara, relativamente à falta de televisão, para resolução do problema.

Aproveitou também a oportunidade para reiterar a renovação das propostas que foram feitas no ano passado à Câmara Municipal para elaboração do orçamento.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia passou a ler a Moção apresentada pela CDU, a qual se transcreve:

“As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os fatores, objetivos e subjetivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível. Enfrentá-los exige e adoção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem. Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornaram a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologias para reduzir as emissões para a atmosfera.

Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de abril de 1974, o Poder Local Democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente.

O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público; a implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes; uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos; O desenvolvimento dum política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer. E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adoção de medidas, o esforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

A Assembleia Municipal de Almeida reunida a 30 de setembro de 2019 deliberou:

1 – Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional; exige o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuitidade e alargando a sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.

2 – Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.

3 – Instar o Município a prosseguir e a intensificar as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou também o seu desagrado em relação à maneira como Espanha está a tratar o problema da Exploração de Urânio nas Minas de Retortillo – Santidad, apesar de haver grande passividade no entendimento entre Portugal e Espanha, pois o diálogo é sempre bem vindo e congratula-se com isso, mas parece-lhe que, a avaliar pela expressão do Senhor Ministro do Ambiente e que está transcrito no texto e a expressão que utiliza “não quer ser radical” e não entrar a matar, que devemos ser mais exigentes.

Recordou que na correspondência trocada entre Portugal e Espanha, esta numa atitude arrogante, venha dizer que não tem que prestar contas a Portugal, porque não tem que ser ouvido sobre o impacto ambiental. As normas Europeias e Transfronteiriças dizem isso, mas não lhe parece a forma mais salutar de diálogo para este entendimento.

Manifestou também o seu desagrado porque esperava do Governo PSOE outra atitude que foi largamente anunciada em relação à exploração de urânio e concretamente contra as Centrais Nucleares e não é isso que está a acontecer e o facto é que existe o caso de Almaraz que pode vir a ser replicado em Retortillo – Santidad. É dito que ainda não há nenhuma autorização para exploração de mina, mas o que é um facto é que as azinheiras já foram abatidas, com intervenções em vários hectares com os consequentes impactos ambientais e tudo leva a crer que a exploração se irá concretizar.

Para terminar disse que acredita que sim que se Portugal não tem uma palavra a dizer sobre o que é o impacto ambiental transfronteiriço em relação a Retortillo – Santidad, já em relação ao E28 que é a exploração em Alameda del Gardón Portugal deve ser ouvido e ele como cidadão quer esteja ou não na Assembleia irá tomar posição enérgica.

Sobre esta questão o Senhor António Frias disse e como foi sempre a posição de todos os membros da Assembleia, manifestar a respetiva preocupação e contra o projeto e agora segundo o Senhor Presidente da Assembleia pelo corte das azinheiras e todo o impacto ambiental, que não surgiu agora e tudo quanto sabe os trabalhos estão

paralisados e a única autorização que tinham era da Junta de Castela e Leão, mas que por parte do Governo Central não existiu atuação nenhuma nas minas de Retortillo – Santidad.

Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara propôs que, o presente assunto fosse integrado na ordem do dia por forma a que a Assembleia Municipal tome uma posição.

Assim sendo o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta do Senhor Professor Miguel sobre as Normas do Orçamento Participativo a votação para que fosse integrada na ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

A seguir foi colocada a integração da Proposta/Moção do Senhor Dr. João Luís Terreiro a votação, sendo a mesma aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por cumprimentar todos os presentes, agradecendo ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha pela receção, elogiando a ideia da descentralização das sessões da Assembleia Municipal, que permitem conhecer melhor os locais e todos se aperceberem das intervenções que estão no terreno e as que são necessárias fazer.

Aproveitou também para agradecer ao Senhor Presidente da União de Freguesias a disponibilidade que teve para com a Câmara no âmbito do Evento do Cerco de Almeida, nomeadamente o Seminário Internacional com a presença de um grupo de especialistas na matéria do património para verificação das potencialidades que a Miuzela possui nessa matéria.

Respondendo às questões apresentadas e sobre a discrepância dos salários dos funcionários das Associações de Freguesias, informou que, mantém o que disse na Assembleia de maio, onde foram aprovadas as verbas a transferir para cada uma das Freguesias, dizendo que recebeu da Associação da Raia e do Côa os elementos todos a comprovar esses pagamentos, mas não os tem de todas as Associações. Já falou com os respetivos representantes para entregarem esses elementos, para depois proceder à respetiva correção e que trará à Assembleia Municipal para ratificação, pedindo desculpa pelo atraso que, não foi por questões de esquecimento nem de orçamento.

Sobre as reparações e reposição de pavimentos fica a nota, trata-se de um processo antigo que a Câmara ainda não conseguiu corrigir, reconhecendo que nove meses é muito tempo e não é aceitável, mas tem que se fazer um esforço para melhorar essas situações.

Mais referiu que, há roturas em que a reposição imediata do pavimento não é a mais aconselhável pelo facto do pavimento abater e tenha que haver nova intervenção e que existe também alguma dificuldade na realização dos trabalhos na transição da primavera para o verão, verificando-se que no outono já existe alguma disponibilidade para fazer essas intervenções.

Sobre a criação das equipas de Sapadores Florestais, informou que, os concursos abriram e houve a possibilidade mais do que uma vez e lançou o repto para que, na área

de Malhada Sorda, Freineda e Nave de Haver se pudesse constituir uma ZIF – Zona de Intervenção Florestal e aí sim fazia sentido.

Mais informou que, há uma ZIF constituída na Fonte Santa, não teve ainda grandes repercussões nesse sentido, tem havido trabalho mais de uma Associação que está interligada com a CROFLOR nessa questão, mas são áreas que têm um grande interesse na preservação das espécies naqueles locais, mas que poderia ser uma medida interessante.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, houve um despacho com o número 6885 a permitir a criação de equipas de Sapadores Florestais, onde está abrangido o Concelho de Almeida. Para que o processo se concretizasse era necessário fazer até ao dia 15 de outubro a CROFLOR que tem duas equipas de Sapadores prescindisse de uma parte da área, porque na altura que se criaram essas equipas os critérios eram outros e para terem majorações puseram muita área e hoje em dia não necessitam de toda essa área e só depois de efetuado esse processo é que se poderia candidatar à criação de uma terceira Equipa de Sapadores que, poderia ser feita pela CROFLOR ou neste caso pela Associação de Freguesias da Raia e do Côa.

Teve conhecimento do processo no dia 02 de agosto trabalhou no mesmo a partir do dia 05 do mesmo mês, tendo feito tudo e o que faltou foi uma assinatura a pedir a desanexação da área da CROFLOR, tendo-se perdido cinco postos de trabalho, reconhece que não é da responsabilidade direta da Câmara, mas é uma situação no mínimo chata.

Pelo Senhor Presidente foi dito que fica o registo, deixando o reto que deve ser tratada e na sua opinião dessa forma, junto dos agricultores, proprietários, e as Freguesias de Freineda, Miuzela, Malhada Sorda e Nave de Haver, devem constituir uma Zona de Intervenção Florestal e apresentar a respetiva candidatura.

Respondendo à Dr.^a Catarina Vilhena sobre o Concurso de Fotografia, o Senhor Presidente informou de que, teve uma reunião no final do mês de agosto sobre o assunto e tinha a ideia de que teria sido já lançado, mas se não foi irá ocorrer muito brevemente.

Para um melhor esclarecimento o Senhor Vice-Presidente disse que, foi solicitado a uma Técnica Superior para entrar em contacto com diversas pessoas e inclusivamente a Dr.^a Catarina, mas pelos vistos quem se comprometeu a fazê-lo não o fez, mas será chamada à atenção.

Sobre os buracos na Vila o Senhor Vice-Presidente informou que, realmente existem, lamentando que quem tem que informar não o faça, nomeadamente os funcionários da limpeza que os viram e não participam às respetivas chefias e tenha que ser ele a fazê-lo.

Mais informou de que, já foram dadas instruções para que a situação fosse normalizada com a maior urgência.

Em relação às televisões o Senhor Presidente também lamentou tanto tempo para se conseguir resolver e informou que, o assunto foi mais grave do que se pode imaginar. Houve uma intervenção da parte dos Serviços e um acompanhamento a todo o tempo, com técnicos ligados a essa questão e que houve uma avaria generalizada, talvez provocada por uma alteração de corrente ou por trovoadas, mas a realidade é que aconteceu em diversos equipamentos e em diversas zonas com danos irrecuperáveis.

Conseguiu-se recuperar no dia seguinte cerca de 20% / 30% da Vila e como os equipamentos já têm mais de 20 anos é muito difícil obtê-los no mercado e a empresa

que presta esses serviços não conseguiu dar resposta em tempo útil, tendo que se recorrer a uma outra empresa que com pequenas adaptações se conseguiu resolver o problema.

Mais informou que se está à espera de uma resposta das Aldeias Históricas para se proceder à melhoria da rede de televisão com a introdução de mais canais e que mais tarde irá dar conhecimento na Assembleia Municipal e população.

Em relação aos redutores de velocidade na Amoreira referiu que, concorda com o Senhor Presidente da União de Freguesias e que a intervenção que foi feita lá, bem que poderia ter sido feita na Miuzela porque também estão à espera há já algum tempo, ou na Freineda.

Nos que diz respeito às participações das Festas o Senhor Presidente referiu que, os apoios são atribuídos de acordo com o que vai ser feito e de acordo com o cariz religioso e expressividade de cada uma e que o apoio é feito como um incentivo para que não se percam as tradições no Concelho de Almeida.

Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, o Senhor Vereador Alcino Morgado informou que, o agora Presidente da Comissão Administrativa ainda enquanto Diretor do Agrupamento teve conhecimento destas alterações numa reunião havida na Câmara.

Acredita que face a todo aquele momento conturbado que o Agrupamento passou durante o verão pelo facto de não haver nenhuma candidatura à Direção do Agrupamento tenha criado outro tipo de prioridades e essa não tenha sido tratada, mas acredita que o venha a ser dentro em breve e sejam indicados os docentes que farão parte do Conselho.

Quanto à presença de água no Cruzamento da Rua do Celeiro e do Impasse, o Senhor Presidente disse que não tem conhecimento, mas irá mandar verificar a situação de imediato.

Sobre o Plano Estratégico e a não vinda à Assembleia Municipal, não foi propositadamente, mas sim por uma questão de timing senão teria vindo e até teria sido mais divulgado. Houve alguma intervenção por parte da população que esteve presente, pese embora não ter havido muita população achou por bem divulgá-lo nas redes sociais da página da Câmara e lançar um repto à população no sentido de haver mais intervenção. Houve algumas intervenções de pessoas que já estiveram ligadas à política, assim como houve cidadãos comuns que fizeram as suas intervenções, centrando-se mais sobre a questão da ligação do que do Plano em si.

Uma das alíneas do Plano é a interligação entre o Plano que se quer desenvolver em Vilar Formoso junto da Rua do Comércio, a questão da Feira, a questão da Casa Maribel, do Reordenamento e utilização dos equipamentos e havia uma alínea que era da parte da interligação com a A25 e a A62 e o Parque TIR que não foi muito desenvolvido neste Plano que tinha a ver muito mais com o interior. Houve intervenções nesse sentido as quais foram remetidas à equipa, que elaborará a versão definitiva que dará conhecimento aos Órgãos e ficará para utilização futura e vai obrigar se for possível e houver financiamento passar de plano a projeto e proceder às respetivas intervenções nos locais.

Mais informou que sobre a criação de uma equipa para a Revitalização daquela zona de Vilar Formoso, o que espera é que não seja só neste período pré-eleitoral que haja intervenção mas sim uma equipa produtiva e está a notar-se que há trabalho nesse seguimento e que olhe para os projetos e a própria Câmara se predispôs a lançar alguns procedimentos no sentido de fazer esses projetos de interligação e os projetos do Parque TIR e já teve conversas com o Senhor Diretor Geral das Finanças em relação à titularidade do terreno e uma reunião com uma equipa do IAPMEI no sentido de ser vista a possibilidade de ser lançado o Espaço Empresa, por forma a poderem ser criadas condições para o efeito que, possivelmente possa ser na constituição do Espaço do Cidadão o primeiro local para o crescimento desse Espaço com a criação de um Espaço Multi-serviços, sendo uma possibilidade que se tem de ver concretizada, esperando que nestes meses haja um trabalho intenso nessa matéria e se possa ver no terreno as questões que são realmente necessárias.

Sobre a assinatura do Programa REVIVE e nomeadamente sobre o Quartel das Esquadras de Almeida, foi passado para o Programa, não houve ainda grande procura sobre esse tema é uma relação entre privados e a parte da Câmara ou Estado a possibilidade de intervenção e normalmente não cruza bem o projeto que estava previsto para aquele local que é um projeto que prevê a renovação dos espaços criação de uma zona para um Museu e criação de Zona Franca Cultural com zonas para habitações para desenvolvimento de atividades culturais e plásticas e estabelecimento de algumas partes de Serviços Públicos.

O Programa REVIVE vai num sentido diferente com a parte turística que pode ser de hotelaria ou de outras matérias. Espera que haja uma definição até porque existe esse Programa com um apoio muito diminuto, mas este período vai servir para uma tomada de posição daquilo que pode acontecer no Programa.

Mais informou que é intenção da Câmara e está-se a aguardar uma posição da parte da Secretaria de Estado com a competência, porque foi solicitado ao abrigo das competências do Património que foi aceite em 2019, que é o Quartel da GNR, em Almeida, mas ainda não foi recebida uma resposta definitiva, pese embora tivesse sido comunicado para a Câmara fazer uma avaliação do espaço, tendo sido já dadas instruções nesse sentido.

Sobre a Toponímia o Senhor Vice – Presidente informou de que, a Comissão reuniu não só para o problema de Almeida, mas também para o das Freguesias de Junça e Naves, tendo o processo sido apresentado não totalmente completo porque faltavam mapas e houve alguma dificuldade em serem analisadas as proposta apresentadas, havendo necessidade de se proceder a ajustamentos e alterações, aguardando-se esse trabalho por parte do Senhor Arquiteto Trindade para depois se implementar, o que se prevê para breve.

O Senhor Presidente aproveitou para apelar às forças políticas representadas na Assembleia Municipal que devem fazer as suas sugestões para elaboração do orçamento de 2020.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e em resposta ao Senhor Frias e sobre o Plano Estratégico, referiu que, sabe que discordam, mas convém clarificá-lo e as Assembleias é para isso que servem.

Disse que teve a oportunidade de lhe responder já por várias vezes quando diz e registou as suas palavras que, “erradamente não pegou desde 2001”. Como tem a responsabilidade política sobre isso, bem como o anterior Presidente e não quer deixar passar isto sem lhe dizer uma vez mais que, se ainda hoje não há uma definição estratégica para o local e como não tem o dom de adivinhar é evidente que não sabia o que iria acontecer, porque nem sequer se sabia onde ia passar concretamente, quando o estudo foi feito pela CCDR em colaboração com a Câmara, sendo das duas partes e na altura foi delineado um Plano para aquele local, sem se saber qual era o traçado da ligação da A25 à A62. É certo que já há vários anos que é conhecido o traçado e não quis avançar com o Plano de Pormenor porque na sua opinião seria um desperdício estar-se a gastar dinheiro no que, ainda hoje quase a entrar-se no Ano 2020, não está totalmente definido.

Espera e acredita que, o Governo seja ele qual for que, definitivamente assuma um verdadeiro Plano Estratégico para aquele espaço, porque tem que estar delineado, traçado e haver ideias, mas sem orçamento nada se faz, acreditando nele quando estiver inscrito no Orçamento de Estado uma verba significativa para aquele espaço. É do seu conhecimento que é uma vontade do Executivo Municipal de ser uma parte na solução e sempre defendeu isso e o atual Presidente da Câmara na altura Vereador várias vezes o acompanhou a várias reuniões com Governos do PSD e do PS e sempre houve uma indefinição total sobre o que seria a vontade política por parte daqueles Governos.

Terminou dizendo que, espera que desta vez haja um Plano Estratégico com o respetivo Pacote Financeiro, porque não é só Vilar Formoso que merece, mas também o País merece porque é a principal Fronteira Terrestre de Portugal, mas sim todos nós. É a “Nossa Porta de Entrada”, esperando bem que haja esse compromisso porque nos é devido a todos.

Pelo Senhor Frias e para reforçar a ideia foi dito que, temos que ser conscientes independentemente de nada estar no terreno nunca se foi tão longe. Neste momento e pelo que todos têm observado isto não é só fruto do trabalho de uma Câmara, mas também de outras pessoas empenhadas no desenvolvimento do Concelho. Alguma coisa já existe no terreno e neste momento o Governo e Organismos do Estado independentemente de qual seja o Governo implicado nesta matéria, nomeadamente já com quatro objetivos principais, o Parque TIR, a Ligação, o Centro de Apoio a Empresas e Empresários e o Posto de Turismo de Nova Geração que é o que se pretende criar. Assim sendo, devemos continuar unidos cada um com a sua posição e a suas responsabilidades para se saber reivindicar aquilo de que tanto necessitamos.

O Senhor Presidente da Assembleia congratulou-se com as palavras do Senhor Frias e acrescentou que, também estará presente para dar o seu apoio e aplaudir quando isso vier a acontecer.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a base da discussão foi em torno do Plano que foi feito pela CCDR com a participação do Município de Almeida. No período de dois anos que está na Câmara teve que digitalizar o referido Plano porque teve que o entregar em tantos locais e a todas as Entidades que foram consultadas, estando sempre na ordem do dia e tido como base dos trabalhos.

Como disse o Senhor Presidente da Assembleia também referiu que, na altura não se sabia onde passava a Auto-Estrada, defendia-se que fosse a mais de 2 Km, ou mais perto, havendo a possibilidade de passar a 500 m do Parque TIR. Passa um pouco mais, mas é nesse sentido e nesse posicionamento que houve essa intervenção.

Recordou também uma questão importante para o Concelho e para Portugal e tem uma visão completamente diferente daquela que teve nas datas anteriores e foi através do trabalho que foi elaborado e era técnico das Infraestruturas de Portugal e sabe as diligências que foram feitas porque esteve na reunião na Junta de Freguesia de Vilar Formoso, onde foi debatida a necessidade de haver um Nó intermédio não se falando em nenhuma localização e teve que engolir em seco porque Portugal não teve a visão de o Nó não ter sido totalmente na Fronteira e que houvesse uma ligação para cada um dos sentidos, para Fuentes de Oñoro e Vilar Formoso e foi colocado só e bem pela parte Espanhola que tiveram essa visão que, quando se sair do Nó vai-se diretamente para Fuentes de Oñoro. Temos que reivindicar ainda porque se se visitar o local e já o fez mais do que uma vez e não existe uma seta direcional a indicar Portugal, nem a indicar Vilar Formoso. Já alertou para essa situação e espera que haja e sabe que há porque tem havido conversas nesse sentido da parte do Ayuntamiento de Fuentes de Oñoro de se poder fazer um trabalho conjunto, mas também afirmam o Concelho de Almeida necessita mais do que propriamente Fuentes de Oñoro, porque os nossos estabelecimentos vivem mais desses serviços que são procurados pelo estacionamento TIR, pela parte da Rodoviária e pela parte da hotelaria, porque certamente gostam mais de parar em Portugal não só pelo preço mas também pelo serviço que é prestado enquanto que, da parte Espanhola não é visto tanto dessa forma. O trabalho está a ser feito e espera que o período pós-eleitoral não reduza esse efeito e se consiga manter a união neste sentido, porque somos poucos, mas todos necessários.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito que, falar-se numa ligação a Vilar Formoso é batalha perdida, já Espanha não porque tem a Estrada de Aldeia del Obispo que faz essa ligação do Nó inteligentemente foi feito e pago por eles e o que irão dizer é que a ligação já está feita, mas o que se tem que defender e essa causa não é perdida, mas sim ganha é a criação de uma zona de serviços que tem que ter acessos. Tem que se reivindicar e esse Plano Estratégico deve apontar para isso, e aponta, a criação de uma zona de serviços com vias de ligação que conduzam a Vilar Formoso, tem que se pensar é onde. Existem as diversas opções umas melhores e outras piores e outras que não interessam, mas há que optar pela A ou a B, pensando que isso trará a resposta ao que Vilar Formoso pretende e anseia e que todos queremos que aconteça.

II - Ordem do Dia:

1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09;

À data de 19 de setembro de 2019, a receita do Município regista o valor de 12.177.568,76 €, com um grau de execução de 65,82%, sendo a despesa de 7.324.901,64 €.

A dívida a Fornecedores e Outros Credores é de 55.970.65 € e a Instituições Financeiras é de 1. 485.830,05 €, esta de médio e longo prazo.

A Câmara encontra-se equilibrada financeiramente tanto a nível de curto prazo como de longo prazo.

A Câmara mantém o equilíbrio orçamental, previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto o qual informou que, as situações estão inscritas e desenvolvidas, referindo apenas que, no verão existiu muita procura turística no Concelho de Almeida, deixando alguma esperança para o futuro, embora que, o embate que sentimos quando se chega a julho e agosto nos estabelecimentos e a procura diária de um volume grande e depois chegamos a setembro vemos diminuir essa procura. É um embate muito forte e até pode dizer que, ficou muito entusiasmado com a procura que se estava a ter e mais em Almeida. Referenciou o Cerco e agora neste último fim de semana a intervenção que houve em Castelo Mendo, no âmbito das Aldeias Históricas que, de alguma forma permite que os nossos locais tenham uma procura que renasçam, porque estamos numa fase negativa e que é difícil contrariar.

O Senhor Dr. João Luís Terreiro referiu que, na página 12 do relatório, perguntando porquê que o CEAMA e o Museu não estavam incluídos e gostava também de saber porquê que este número de 11591, no Turismo Municipal de Almeida, pensando que, se referem ao movimento de todo o Concelho e como é que se chega ao valor de 15395.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que esses números são os registos das entradas no Posto de Turismo, a pedidos de visitas guiadas dos grupos que procuram e que entram nos Posto de Turismo porque há mais visitantes que não entram, nem chegam a ser contabilizados.

O Senhor Dr. João Luís disse que, então significava que entraram 15 395 pessoas no Posto de Turismo de Almeida, o que quer dizer que isto dá cerca de 500 pessoas por dia, ou seja, por dia entram 3 autocarros na Vila. Mais referiu que, nunca tinha tido esta perceção e congratulou-se com esta realidade.

2 -Apreciação e Votação da Descentralização Administrativa – Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais para o ano de 2020;

Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, havia a necessidade de se voltarem a pronunciar sobre a Transferência de Competências para o ano de 2020. Resumidamente fez um pequeno esclarecimento, sobre qual foi a posição da Câmara Municipal, informando que as votadas por unanimidade. Informou sobre a última reunião do Conselho Intermunicipal em que seriam de aceitar as competências que a Comunidade Intermunicipal iria aceitar as competências que estavam a ser delegadas. Decidiu levar o assunto à reunião de Câmara, pensando que poderia haver uma marcação de uma Assembleia Intermunicipal, o que não aconteceu, pensando que certamente estas competências vão ser aceites por falta de pronuncia. Da parte do Município, mantiveram as que já tinham aceites e a posição que tomaram naquelas que ainda continuam a ter dúvidas do funcionamento e qual é a repercussão que tem para o Município, nomeadamente no Decreto-Lei

100/2018 no domínio das vias de comunicação, mantendo a rejeição dessas competências, a transferência do Decreto-Lei nº 101/2018, no domínio da justiça, continuam a rejeitar, na parte do Decreto-Lei 103/2018, que é do domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários, foi proposto aceitar, visto que estão a fazer o apoio à Equipa Permanente que está nos Bombeiros e vêm de alguma forma a habilitar as Câmaras a poderem fazer esses apoios. Quanto ao Decreto-Lei 105/2018, no domínio da habitação, foi proposto não aceitar porque não têm identificadas questões neste âmbito, a transferência do 107/2018, no domínio do estacionamento público, não foi aceite porque não existem parquímetros nem parques pagos e não vêm uma mais valia nesta competência. Não aceitar também a competência na parte da saúde animal e segurança dos alimentos, porque existe uma posição da Ordem dos Veterinários, porque vai acarretar mais despesa para as Autarquias, embora, se esteja a fazer investimento nessa matéria. No domínio da cultura valorização e conservação do património foi proposto aceitar, de uma forma gradual, após verificação da competência e das verbas associadas, nos termos do nº 2 do artigo 4º do referido Decreto-Lei, achando que, deveriam ficar com a parte da Fortaleza que é importante para o Município de Almeida, mas ainda existem muitas indefinições, sobre esta matéria em termos de verbas que, podem vir para o Município para fazer essa manutenção que são irrisórias, e que ao fim e ao cabo é a Câmara é a questão referente a um funcionário e a parte da indefinição que ainda existe da utilização dos terrenos e a propriedade e a forma a que a Direção Regional tem esse assunto organizado. Têm que definir essas questões no sentido de se poder fazer uma intervenção mais abrangente daquela que se tem feito até agora e que temos vindo a melhorar na intervenção da limpeza e manutenção dos espaços, porque não tendo essa responsabilidade a Câmara é que faz. No domínio da saúde foi proposto não aceitar, embora o Concelho de Almeida não esteja sinalizado. Na parte da transferência dos Municípios para as Freguesias na Assembleia Municipal anterior foi debatido o assunto, relativamente ao ano de 2019, foram feitas as comunicações às Juntas e Uniões de Freguesias e continuam a propor não aceitar.

Relativamente a uma nova que também não está definida que são as áreas protegidas, embora haja a Rede Natura 2000, foi proposto não aceitar, porque ainda existe indefinição, sobre essa questão.

Transmitida que foi a oposição da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs as Transferências de Competências para as Câmaras Municipais a votação, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Decreto-Lei nº 99/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da promoção turística, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovada, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos intermunicipais no domínio da justiça, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da justiça, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 102/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimentos, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 103/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos intermunicipais no domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 103/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 104/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 105/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 106/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, para o ano de 2020;
Posta a votação foi votada por maioria a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, para o ano de 2020;
Posta a votação foi aprovada, por maioria, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência para os órgãos municipais relativas ao setor da proteção e saúde animal e à segurança dos alimentos, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovada, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovado, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência para os órgãos municipais no domínio da educação, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovada, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência para os órgãos municipais no domínio da Cultura, Valorização e Conservação do Património, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovado, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos intermunicipais no domínio da saúde, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovada, por maioria, a aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovado, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

Decreto-Lei nº 116/2019 de 21 de agosto – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das Áreas Protegidas, para o ano de 2020;

Posta a votação foi aprovado, por unanimidade, a não aceitação de transferências.

3 -Apreciação e Votação da Transferência de Competências dos Municípios para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2020 – (Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril);

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual informou que relativamente ao Decreto-Lei nº 57/2019, ele continua a pensar da mesma forma que pensava em maio, embora tenha dúvidas na aplicação do Decreto-Lei, porque o assunto está bem resolvido com as Associações de Freguesias, mas podem surgir dúvidas de funcionamento e da forma de atribuírem os apoios, informando que, da parte da Câmara Municipal mantêm a posição da não aceitação, por causa das dúvidas que existem sobre o funcionamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se havia mais alguma intervenção.

O Senhor António Frias referiu que, a sua posição também não mudou, achando que se deve a partir de agora, fazer um estudo mais profundo da Lei, e mais concretamente por parte das freguesias. Se é verdade que, o Município pode fazer protocolos com as Associações de Freguesias, a ele surgem-lhe cada vez mais dúvidas, porque nesta Lei de descentralização não foi tida essa realidade das Associações. Tem dúvidas sobre a forma de como vai ser distribuído o dinheiro caso algumas delas sejam aceites, porque vai vir do Orçamento de Estado e do Orçamento da Câmara. Se se pode pensar que pode ser uma oportunidade perdida para algumas Freguesias estas não aceitações noutras locais do País. Pensa que a Assembleia, tem essa obrigação de conjuntamente com os seus membros e Presidentes de Juntas de Freguesias e a Câmara Municipal, podem vir a ter algum problema no caso de não aceitar as transferências, porque as competências a breve prazo vão ser mesmo transferidas. Agora estão a dar a oportunidade de serem feitas gradualmente e se as leis continuarem em vigor vai chegar uma data em que têm que ser aceites. Acha que se deve fazer um bom trabalho conjunto com as Juntas de Freguesias e sejam devidamente preparadas uma vez que, essas competências vão ser atribuídas diretamente.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda – António Miguel Bernardo disse que, não é jurista, mas em relação ao assunto tem uma opinião diferente da do Senhor Frias e não há grandes dúvidas não sabendo como é que um Decreto-Lei se sobrepõem a uma Lei. A Lei das Associações de Freguesias é uma Lei onde está claramente expresso que as Freguesias, podem transferir delegações de competências, exceto por inerência própria como o Recenseamento Eleitoral. Para ele isto não levanta grandes dúvidas, tem é grandes certezas que se tem legislado muito mal neste País. A Lei das Associações de Freguesias é de 1999 e a Lei das Autarquias Locais é de 2013 e nem sequer refere esta situação das Associações de Freguesias, mas também não a revoga, portanto está em vigor e enquanto assim for estão criadas condições, pensando que não existem grandes dúvidas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, todos irão desempenhar o seu papel, não só o Presidente como todos nesta Assembleia. Pensa que tem de ser feito muito trabalho e a Lei não foi feita para as Freguesias de pequena dimensão, foi uma falha de quem legislou, mas entende que, neste espaço de tempo até 2021 em que vão ter mesmo de ser aceites, tem que haver um grande trabalho da ANAFRE, que representa grande parte das Freguesias e sabe que muitas são sócias, não sabendo como é que esta Associação deixou passar isto, o que só prova que, os órgãos de topo não representam pequenas Freguesias ou então estavam distraídos e não tiveram qualquer tipo de intervenção de oposição à publicação deste Decreto-Lei. De qualquer forma deve haver esse trabalho da ANAFRE, das próprias Câmaras, porque vai sobrar para as Câmaras que, vão ter de dialogar com as Juntas de Freguesias, mas não quer antecipar cenários. É evidente que também já se debruçou sobre isto e sabe que, a não ser alterado este Decreto-Lei, as Juntas de Freguesias vão ter algumas vantagens, mas vão também ter muitos prejuízos, porque não podem pensar que vai ser da Câmara a comparticipação na totalidade, nem o Governo vai transferir a totalidade das verbas isto é o seu pressentimento. Que o Executivo tenha que, colocar no orçamento uma verba, disponível como agora o faz, com as delegações de competências nas Associações de Freguesias e nas Freguesias, mas não crê que as Juntas e Uniões de Freguesias, não vão ter a sua quota parte de comparticipação, parecendo-lhe que aquele modelo de que a Câmara foi pioneira, foi uma ótima solução que, se encontrou para as Juntas de

Freguesia é quase replicar, o que se está a fazer hoje, no futuro com melhorias, porque tem que se caminhar nesse sentido e que será a situação de futuro para o Concelho de Almeida e para as pequenas Freguesias do Concelho que são a maioria, excetuando Almeida, Vilar Formoso, Miuzela, Nave de Haver, Malhada Sorda e Freineda, todas são de pequena dimensão. Por último deixou um alerta dizendo que há um ano pela frente e todos irão ficar atentos, mas não se pode descurar esta situação, mas vai certamente haver diálogo e evolução positiva neste ano que falta.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, adicionou ao que já foi referido que, isto vai bater no final para os próximos Executivos, porque em 2021, ficar com esta questão, no entanto, pretende adicionar às dúvidas ou certezas que tem, porque também tem certezas que se pode fazer. A Lei está em vigor, mas a forma de transferir é que pode não estar bem definida, mas nisso fica a dúvida para o futuro. Algumas das competências estão a ser transferidas, é trabalho para as Freguesias, nomeadamente no licenciamento, as Freguesias não têm funcionários, não têm atendimento diário, têm dificuldades principalmente as do interior e as de pequena dimensão. Pensa que talvez seja possível no futuro, mas tem que ser reavaliada a Lei, porque ser dado o rebaixado de poderem ficar com as receitas das pequenas taxas são irrisórias e um funcionário custa dinheiro no final do mês.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Manuel Fonseca disse que, a realidade de Lisboa não é a mesma do que a nossa, vendo muitas preocupações de muitos Municípios, que têm contactado a Associação da Ribeira dos Cadelos, para exemplificar, o que está a acontecer, dentro do nosso Concelho. A preocupação existe em vários Municípios do Interior em como isto será feito, há vários contatos através de outros Municípios, a quererem perceber esta realidade do nosso Concelho, trabalha para eles poderem também levar este Decreto-Lei mais longe. Deu os parabéns à iniciativa, sobre a questão das Associações que, foram feitas no Concelho de Almeida, porque há muitos Municípios à nossa volta a olhar para esta experiência e realidade do Concelho.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda reiterou o que disse o Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, porque antes de sair esta Lei, já em conjunto com as Associações se haviam debruçado sobre o problema, avançando exclusivamente com a possibilidade de terem funcionários administrativos que de forma itinerante e rotativa sirvam todas as Freguesias.

Não havendo mais nenhuma intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs a votação o documento, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, sobre a sua não aceitação.

4 - Apreciação e Votação da Moção “Orçamento Participativo”;

Sobre o assunto usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Freineda – Prof. António Miguel Bernardo, reforçando a ideia que, é totalmente a favor de uma ideia de orçamentos participativos, aliás, sempre apelou a isso, achando que, a maneira de atrair as pessoas para a política é exatamente dar-lhes a possibilidade de participar, mas este processo na sua opinião, foi muito mal conduzido logo na formulação do projeto, ou seja, ao não terem sido aproveitados os contributos dos eleitos locais que

estão mais próximos do Povo, nomeadamente dos Presidentes das Juntas de Freguesia e também os membros da Assembleia, tendo-se perdido uma ótima oportunidade de se fazer de facto deste orçamento, um orçamento participativo, daí a necessidade de se debater este assunto nesta Assembleia. Foi mal conduzido também na conceção e ao limitar este processo todo à participação via Internet e à existência de um Portal Autárquico. Conhecendo a realidade do nosso Concelho e isto por si só, limita a participação das pessoas e que para além disso pode perverter os próprios bons princípios deste orçamento, porque ao serem envolvidos os Presidentes das Juntas de Freguesias no processo, teme que alguns deles tenham a tendência a influenciar pessoas a participarem no Orçamento Participativo, para assim conseguirem por estes meios, fazer as obras que gostariam e não pelos meios da democracia representativa. Admite este processo noutros sítios do País, noutras áreas de Portugal, achando que não se adequa ao Concelho de Almeida e quando se diz exatamente que, muitas Leis são feitas, para Lisboa e é à base de Lisboa, acha que não se devia copiar o que foi feito noutros sítios, devendo adaptar-se à nossa realidade. Discordou também com este processo na sua implementação ao colocar-se um técnico de informática em todo o processo e quase que obrigar os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias a estarem neste processo e aqui ele tem que fazer uma declaração de honra, porque não gosta de ver no ponto 3 do artigo 8º., escrito “as pessoas participativas, nas Freguesias, realizar-se-ão, nas sedes das Juntas e Uniões de Freguesias com a presença do Presidente da respetiva Junta ou União de Freguesia ou um elemento do executivo que o substitua”. Acha sinceramente que isto não se deve escrever, todos concordam que, as Juntas de Freguesias têm entidade própria, são legitimamente eleitos, têm personalidade jurídica e portanto não se pode dizer que o Presidente da Junta de Freguesia, tem que estar presente ou que seja substituído e que as sessões se vão realizar na Junta de Freguesia. Acha que se ele o fizesse ou a sua Freguesia dissesse que queria realizar uma atividade e o Presidente da Câmara tem que estar presente no Salão Nobre não seria de bom tom. Por último, na forma da decisão de aprovação destas propostas ou projetos, não concorda que se aceitem propostas, sem que existam critérios de utilidade das mesmas propostas apresentadas ou seja que exista aqui uma intervenção política, não conseguindo perceber que a forma da decisão, depende da opinião dos técnicos e depois o número de cliques na Internet. Pediu desculpa, dizendo que quase parece um desses concursos das sete maravilhas, achando que não é uma boa maneira de se despenderem cento e trinta mil euros. Podem dizer que pode ser muito pouco, mas ele quando olha para a sua Freguesia em que o FEF de quatro anos, não chega a este montante sente-se incomodado.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Manuel Fonseca sobre o Orçamento Participativo aprovou a ideia e que devia ser feito em todo o País, mas quando vê na plataforma 17 projetos e no orçamento normal e 9 projetos dos jovens, porque foi dividido entre dois orçamentos e vê 67 pessoas inscritas e 22 na parte dos jovens, comunga da mesma opinião do Prof. Miguel Bernardo. Tem trinta mil euros de protocolo com a Câmara anualmente na sua União de Freguesias e além de terem esses trinta mil euros, sentiu-se incomodado, quando viu o valor do orçamento participativo, quer dizer que uma pessoa só consegue para um projeto do Concelho de Almeida, cento e trinta mil euros e os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias, que andam a “roer as unhas” constantemente com algumas verbas, vê-se a protocolar todos os anos trinta mil euros. Esta foi a primeira fase que ele foi acompanhando e ficou triste por não haver tantas pessoas inscritas. Segundo faz dele as

palavras do Prof. Miguel em que foram empurrados a participar como Presidentes de Juntas e Uniões de Freguesias. Desabafou referindo que não sabia se havia de abrir a Junta de Freguesia ou fechar no dia, porque foram obrigados a participar, achando que, não se deve obrigar ninguém a participar nestas coisas. Mais referiu que, não gostou da forma como se pede ao Presidente da Junta / União de Freguesia para estar presente. Podem perceber como é que isto vai funcionar e lhe pedem para escolher Almeida ou Vilar Formoso, para se poder participar achando que, não deve ser dessa forma, a sede do Concelho é Almeida e era para Almeida que se deviam dirigir, se tiverem de fazer mais esclarecimentos o Concelho é grande, se quiserem ir até à sua União de Freguesias, também irão ser muito bem recebidos, para poderem haver esclarecimentos. Não nos vamos sempre debruçar sobre as mesmas situações, devendo ser mais diversificados na questão do Concelho, porque ao haver uma reunião que seja na sede do Concelho, mas se não for na sede do Concelho deve ser escolhida outra Freguesia do Concelho e que se dividam estas coisas por todas as Freguesias.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez o ponto de situação sobre o Orçamento Participativo, referindo que é um projeto muito interessante para mobilizar e para de alguma forma haver uma participação na atividade política nas decisões que são tomadas. Disse que a implementação do Orçamento Participativo já não é de agora, mas sim de algum tempo atrás e quando se comprometeram fazer a sua implementação em abril, negociaram com a empresa que fez a assessoria na parte da constituição do site e do funcionamento, podendo optar por duas situações ou se fazia um Regulamento Municipal ou se faziam normas de participação. Optando-se pelo Regulamento Municipal, era obrigatória a consulta prévia e a ida aos órgãos para aprovação e haver a participação das várias entidades, podendo ter-se um Regulamento melhor e mais debatido, com o que concordou, mas corria-se o risco de não se fazer Orçamento Participativo em 2019. O Senhor Presidente informou que, quando aprovaram o orçamento, disse nessa altura que iria dotá-lo com a respetiva verba temendo que, em termos de tempo não permitiria fazer essas intervenções tendo na altura sido decidido, lançar as normas de participação, por forma a poder avançar-se. Ao ouvir o que foi transmitido sobre as questões que não estão tão corretas ou menos corretas, sobre o Senhor Presidente da Junta de Freguesia estar obrigatoriamente presente ou não, é fácil de resolver a questão das normas de participação, é só riscar essa parte, e não têm que estar presente, mas acha que a questão é mais profunda, nomeadamente o sistema de votação, seleção o sistema para avaliar quais são as políticas que vão colocar no Orçamento Participativo. O Senhor Presidente informou que, se tentou dividir em dois o Orçamento, um o Orçamento Participativo Geral e o outro o Orçamento Participativo Jovem, colocando verbas nem de trinta, nem cinquenta, nem cento e trinta, nem de cento e cinquenta, sendo que a verba total é que chega a esses números e isso tem o orgulho de dizer que se estão a colocar no Concelho de Almeida, verbas ao nível de outros Municípios que não o fazem dessa forma e aquilo que foi colocado foi dar a oportunidade que haja projetos de alguma dimensão e projetos de pequena dimensão e que todos pudessem ter a hipótese de ser votados e colocados à apreciação da Assembleia Geral. Não está contente com os 67 inscritos, para apresentar votação, mas ainda espera que, durante este período e com ajuda dos Presidentes de Juntas, membros da Assembleia Municipal e informou que aproveitou duas sessões que fez com os Jovens do Concelho, na atribuição das ajudas para o Ensino Superior de os alertar para o facto, porque eles devem ter essa iniciativa de se interessar e participar neste Orçamento Participativo. Ficou com a sensação que, alguns deles até desconheciam o

que é mais grave, se se fez a divulgação, na página da Câmara Municipal, no Facebook, na Rádio e nas várias comunicações que se fizeram, não despertou interesse a ninguém, ainda é mais difícil. Agora depende da intervenção de todos e com isso não quer obrigar ninguém nem nenhum Presidente de Junta a estar presente em nenhuma sessão, mas olhou sempre dessa forma que, poderiam ser os veículos para a promoção e divulgação do projeto o qual pode ser muito interessante. Ficou contente em haver esse número de propostas e algumas delas até muito interessantes, tendo algumas delas já lhe passado pela cabeça, mas outras não tem viabilidade nem se conseguem colocar no terreno, por dificuldades legislativas e por várias questões, mas outras são muito simples e se forem votadas implementam-se e é isso que se pretende, mas se o problema é de se passar de normas de participação, para um regulamento, está aberto para resolver o problema, deixando o repto para na próxima Assembleia Municipal, entregarem sugestões/propostas para melhorar essa prestação.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda informou que, o grande problema e para além dos vários aspetos que, se podem debater e o que lhe custa é querer implementar o Orçamento Participativo e não querer aceitar a participação das pessoas, nomeadamente dos representantes locais. Mais referiu que, preferia que o Vereador que conduziu este processo estivesse presente, mas também não tem problema em o dizer, porque já lho disse pessoalmente, dando exemplos tão simples ou tão pequenos como o que apresentou: Quando o contactaram, para fazer uma sessão de esclarecimentos na sua Freguesia, disse ótimo, porque na Freguesia de Freineda lançaram uma iniciativa designada “Assembleias Comunitárias”, em que fazem debates, levam temas para a população debater, sem caráter vinculativo, mas para dar voz às pessoas e o Senhor Vereador disse-lhe que no dia 16 de agosto iria ter uma reunião, quando no dia seguinte, tinham uma dessas sessões, da Assembleia Comunitária, o que seria uma ótima oportunidade e informou que a resposta do Senhor foi “não nós já decidimos que vai ser feito, nos dias de semana e no horário de funcionamento”, o que está mal, porque se se quer um Orçamento Participativo e nem estas sugestões aceitam. Mais referiu que, está mal e tem que ser corrigido e acrescentou que na sessão de esclarecimento em Vilar Formoso, ocorreram muitas coisas parecidas a esta e de facto tinha que chamar a atenção, porque se a quem disse as coisas preferiu não as ouvir tem que as trazer a esta Assembleia para que o oçam.

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficava essa nota e que acompanhou par e passo a questão do Orçamento Participativo e tinha todo o interesse que corresse melhor do que correu, considerando que, se está a caminhar que não estamos a dificultar, nem nada que se pareça, deixando o repto de se passar de normas para um regulamento e para o regulamento ele aceita sugestões.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira informou que, foram distribuídos os flyers do Orçamento Participativo em todo o Concelho, menos na sua União de Freguesias, perguntando se tem alguma coisa a ver com os correios o que é certo é que ainda não chegaram. Disse também que tem feito a divulgação do Orçamento Participativo pela sua União de Freguesias e tem-se debruçado sobre o assunto e incentivado também os jovens, mesmo não estando de acordo com algumas questões que estão no Orçamento faz questão de o divulgar. Como estamos num concelho envelhecido as pessoas mais idosas têm alguma dificuldade no uso de telemóvel, sendo necessário este equipamento para a votação e algumas dessas pessoas nem telemóvel nem têm telefone fixo. Assim sendo, gostava que houvesse

alternativa e não deixassem ninguém de fora por forma a que toda a gente pudesse votar e arranjam tecnicamente um mecanismo em que, toda a gente tivesse a possibilidade de o fazer, no caso de ser viável.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, tem que haver mecanismos que permitam certificar que a mesma pessoa não vote mais de que uma vez e o possa fazer por meios eletrónicos e está-se a caminhar nesse sentido e com as sessões o que se pretendia era divulgar e poderem cada uma delas através dos Presidentes das Juntas de Freguesias, serem ajudadas na sua inscrição, ver a forma como é que se podiam inscrever, etc., e mais uma vez apelou para que sejam trazidas sugestões / propostas para se transformarem as Normas em Regulamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, em converter as Normas em Regulamento.

5 -Apreciação e Votação da Moção “Preservar o Ambiente e a Natureza, Prevenir Alterações Climáticas;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava intervir no presente assunto, uma vez que já foi lida.

O Senhor Dr. João Luís Terreiro referiu que, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já leu a moção que, é muito clara, querendo um reforço da Assembleia Municipal, não no sentido de pressionar a Câmara Municipal, mas sim no sentido de alertar sobre os grandes movimentos que estão aí a aparecer e o porquê da situação.

Pela Dr.^a Mariana Estevão foi transmitido que, a realidade é que existem no Concelho cerca de nove mil bovinos, doze mil pequenos ruminantes que, dá um total de mais ou menos cerca de setecentos e quarenta animais por Freguesia, sendo ainda uma das atividades principais o que tem que se ter em atenção. Em relação ao que se classifica de agricultura extensiva e intensiva, o Concelho está com mais ou menos 0,2 cabeças normais por hectare, ou seja, abaixo de duas cabeças de gado normais por hectare está-se em agricultura extensiva e o Concelho de Almeida está dez vezes abaixo disto, portanto, acha que não existe a preocupação a agricultura de intensivo dos animais ruminantes que é o principal do Concelho.

Uma vez que se está a falar da preservação do ambiente a Dr.^a Sónia Cunha, perguntou se a reciclagem no Concelho de Almeida, está ou não a ser feita, porque os contentores pelo menos da Praça, em Almeida estão em miserável estado, há anos que foi falado que iam tratar do assunto, mas o tempo passa e tudo se mantém na mesma, pensando que um ano e tal é mais que suficiente para que o assunto fosse tratado. Mais referiu que os contentores que, estão por detrás do Lar estão selados há pelo menos dois anos e são precisamente os contentores da reciclagem. Informou que faz reciclagem há imensos anos e cada vez que vai aos contentores da reciclagem, fica sem saber, se aquilo vai ter ou não um bom termo. Relativamente aos contentores de óleo e pilhas, informou que em tempos já houve, mas que se passa a mesma coisa, sabe que existe um para recolha de óleo, mas não é utilizado, vendo uma apatia muito grande da parte do Município de Almeida no processo de reciclagem.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Fonseca e uma vez que se está a falar em ambiente chamou a atenção para as ETAR'S e Estações Elevatórias referindo que, muitas vezes quando falha a luz existe um tubo que normalmente está ligado aos ribeiros deixa de funcionar e todos os detritos e matéria orgânica vai pelo ribeiro abaixo. Seguidamente voltam a ligar, mas as limpezas nunca são feitas pela empresa, mas sempre pela Associação da Ribeira dos Cadelos, assim sendo chamou a atenção da Câmara Municipal para alertar para esta realidade, porque pensa que, não deve ser só naquela União em que o sistema funciona assim e são quase todos iguais e é preciso haver alguma atenção quando falha a luz e que haja alguém que passe pelo Concelho todo e ligue os interruptores.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom – António Fernandes informou que, a sua intervenção vai no sentido do que foi dito pelo Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Luís Fonseca sobre a necessidade de construção das ETAR'S referindo que, em Aldeia de São Sebastião é do seu conhecimento que, agricultores possuem agricultura biológica e que os campos estão a ser regados por águas que não são tratadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pensa que, falar sobre estas coisas do ambiente e aliás a Moção é nesse sentido preservar o ambiente, natureza e prevenir alterações climáticas, concorda com a Dr.^a Mariana, pensa que nós não podemos alinhar em fundamentalismos, mas que devemos alertar e estar atentos pois são fatores a ter presentes e uma preocupação para todos nós, naturalmente que estará e está preocupado com todas essas situações. Não sabe qual é o pensamento do Dr. João Terreiro, mas pensa que ele é que o devia defender e está a apresenta-lo em relação ao que é o nosso Planeta, o que é o nosso País a uma escala menor o que é o Concelho de Almeida, embora haja preocupações de outra espécie, nomeadamente algumas que aqui foram levantadas, parecem-lhe não muito relevantes, mas que o são, se realmente, algumas ETAR'S ou Lagoas de Macrófitas onde foram gastos milhões de euros e que não funcionam. Referindo-se propriamente ao Concelho, existe uma questão que levantou há muitos anos na Assembleia Municipal, relativa ao Rio Côa que estava a ser objeto de grandes agressões a nível de extração de inertes e já lá vão 40 anos, mas continua a ser preocupante o lançamento de efluentes provenientes do Rio Diz e Rio Noemi que são lançados no Rio Côa, sem qualquer tratamento. É tempo de o Município da Guarda ter uma atitude e encarar este problema de uma vez, pois têm verbas de Fundos Comunitários através do POSEUR e ter uma atitude e encarar o problema de uma vez das ETAR'S e do Rio Diz, afluente do Noemi e da Ribeira de Alfrazes que vertem muito dos efluentes a céu aberto e diretamente nos cursos de água que, são a principal fonte poluidora do Rio Côa. Sabendo que, tem um grande empenhamento é por isso que faz esse desafio ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo, em relação ao Rio Côa que, aliás é um dos pontos do seu programa, fazendo também o apelo para que sejamos, mais interventivos, mais exigentes e que de uma vez por todas se faça essa pressão, para que o problema se resolva e tenha uma solução no futuro.

A Dr.^a Mariana Estevão disse que, com certeza que as alterações climáticas e tudo o que está relacionado com o ambiente nos preocupa a todos inclusive a ela, mas apenas está a alertar para uma situação que, se passa não só no Concelho de Almeida como na maioria dos Concelhos do Interior e no Alentejo, onde se pratica uma agricultura de extensivo, pensando que tanto a nível local como nacional se deve defender esta atividade que é ainda uma das principais do Concelho. Com as polémicas que houve

com o Senhor Reitor da Universidade de Coimbra já se está a refletir no mercado.

O Senhor Dr. Vilhena sobre o assunto disse para se compararem as vacas com os automóveis e depois que lhe digam onde está a pegada e a eletricidade não provoca também aquecimento, não é o carvão é a eletricidade em si, televisões e rádios e todas as situações de ondas não provocam calor.

O Senhor Dr. João Terreiro disse que, ele cometeu um erro ao não ter sido distribuída a moção para todos, porque a questão não está na agricultura de subsistência que existe, nem a Moção tem nada a ver com isso, apenas se está a falar de um tema atual em que o Mundo nos preocupa cada vez mais, mas felizmente já há uma consciência até das Crianças da Escola, com essa situação que tem uma intervenção cívica e viu-se nas manifestações que aconteceram e esse foi o objetivo da Moção. A Moção seria sempre a agricultura extensiva que existe e foi uma das causas Mundiais para o aumento do nível de carbono e da temperatura, agora o objetivo da moção foi cumprido, pondo todos a discutir sobre o ambiente cada um com a sua opinião, mas convergindo todos na mesma situação.

A Dr.^a Mariana explicou que não existe uma agricultura de subsistência, mas sim uma atividade importante no Concelho.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda – António Miguel Bernardo, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela intervenção que fez referente à poluição do Rio Côa, porque é exatamente na zona da Freineda que está o maior foco da poluição e daí para jusante, ficaria muito contente que houvesse empenho e determinação para se resolver esse problema do Rio Côa. Em relação ao que tem alertado a Dr.^a Mariana disse que, não se pode só pensar nas pegadas ecológicas, mas também temos que pensar no efeito que os ruminantes têm na preservação de incêndios, senão tivessem esses animais se calhar tinham muito matagal e depois ardia tudo, por isso é que as coisas têm que ser muito bem ponderadas e como disse o Senhor Presidente da Assembleia não sermos fundamentalistas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse que todas as intervenções, foram, todas em sentido idênticos, focando aspetos gerais da parte do ambiente. Percebeu a Moção apresentada pelo Senhor Dr. João Terreiro e de uma forma genérica, colocar o assunto a debate. O Senhor Presidente da Assembleia, iniciou esta Assembleia a falar sobre a questão da exploração do urânio que, é um problema grave que temos aqui mesmo à porta, não devemos ser fundamentalistas, mas sim acompanhar e recordou que quando recebeu aquela Comissão da Assembleia Municipal, com representação de todos os Partidos e é bom que fique bem referida essa questão e se deslocou com eles a Retortilho Santidad, foi expetante e não quis ter uma atitude, fundamentalista a ver o que se estava a passar e o que se propunham fazer e as apresentações que foram feitas, ficou deveras assustado, com forma de intervir da parte das empresas, porque o que querem fazer são explorações de Urânio de grande dimensão a todo o custo, falando-se em haver cintas com correias para fazer transporte de materiais de a quase trinta quilómetros, por isso o nível de intervenção é muito grande com um impacto enorme. Quando se fala do urânio, na tabela periódica anda ali muito perto de materiais que temos ouvido falar mais, mas está nos metais pesados e está muito próximo também o lítio que, também é um assunto que tem que nos preocupar. Informou que ainda ontem enquanto folheava a comunicação social, o lítio é tido como um novo ouro do futuro e

Portugal pode estar nessa rota tipo Califórnia e passar para Portugal uma vez que temos lítio que, é como dizer ouro. Reportando-se à Moção deixou o alerta e que, se deve estar com essa consciência, não se ser fundamentalistas, mas estar-se interessados e acompanhar estes assuntos. No Concelho estão duas zonas para se fazer prospeção, não houve avanços pelo menos que o Senhor Presidente tivesse conhecimento, houve uma empresa que lhes disse que estava interessada no concurso que o estado Português, está a lançar, no País Inteiro, para poder haver essa prospeção e há duas zonas, uma junto há Miuzela, Jardo, Malhada Sorda, uma grande zona que pode haver interesse nessa inicial prospeção e depois exploração e a seguir Almeida, Fonte Santa, em direção à Figueira de Castelo Rodrigo, Cinco Vilas, também de possível prospeção e possível exploração. A exploração de Urânio e só a questão da radioatividade é que para extrair o Urânio do meio das pedras, é necessário usar químicos em grandes quantidades, através de lavagens que irão para algum lado, tratando-se de ácidos sulfúricos e ficou impressionado quando leu os impactos que estavam relacionados, informando que se trata de trinta mil toneladas diárias de ácido sulfúrico, para a exploração e que certamente irão para às linhas de água. Se não houver um estudo das Universidades dos Institutos e se não houver essa atenção e os cidadãos não tiverem essa consciência porque pode haver fundamentalistas, que também pensem que “SOMOS DEMAIS NA TERRA”, mas a terra não faz sentido sem os humanos. Pensar em fundamentalismo, nem no Concelho de Almeida nem em Portugal, não há uma captação de água que não esteja poluída e só porque o ser humano existe e produz resíduos.

Relativamente à reciclagem informou que, está a ser feita pela Resiestrela e está a funcionar, aumentaram o número de ecopontos, na recolha vidro, plástico e cartão, no entanto, aqueles que foram referidos pela Dr.^a Sónia estão por reparar já algum tempo porque não tem sido fácil, conseguir uma empresa para fazer essa reparação.

Em relação às ETAR'S, informou que é um objetivo para implementar, embora em Aldeia de São Sebastião os esgotos, não vão para a linha de água diretamente, estão lá umas valas drenantes mais ou menos compactadas e fazem essa filtragem antes de sair, mas de facto estariam melhor com um sistema novo e a funcionar bem.

Em relação ao Rio Côa colocou-o como uma prioridade, no entanto, se continuar a fazer concursos públicos e depois mudam as leis e a pôr o Executivo em pressão não é fácil. Informou que, passou o verão com o concurso público dos transportes escolares, a trabalhar para conseguir que no dia 4 de setembro ao iniciar o ano letivo os alunos tivessem transportes á porta de casa para os levar para a escola e para conseguir isso fez muitos quilómetros para Lisboa, para tentar aprovar os mecanismos, que tinha de fazer, e lançar os concursos, ficando o primeiro deserto. Mais informou que, ainda está em segredo de justiça e vai manter-se, porque ainda não foi ouvido nem sabe quais as dúvidas que foram levantadas. Mais informou que, a Câmara sente uma grande pressão em relação à aquisição de bens e serviços em relação aos cuidados que têm de se ter, para lançar os procedimentos. Passou-se a estar num estado de alerta total havendo uma entrega que os obriga todos os dias a estar a trabalhar até tarde como foi o caso dos transportes que estiveram a trabalhar até à meia-noite para o assunto ficar resolvido e mesmo assim, teve que ser a imaginação a forma e o conhecimento que teve sobre as matérias que, os levou a conseguirem a resolução dos transportes.

Por último referiu que os 5 projetos que se propuseram fazer está a vê-los encaminhados, dependendo de poucas formalidades para que se possam iniciar esperando ter um pouco mais de tempo para se dedicar ao problema do Rio Côa que, está um pouco atrasado. É do seu conhecimento que a Guarda está a trabalhar no assunto, mas não sabe se será o suficiente para garantir que o Rio Noemi fique despoluído, mas muito trabalho terá de ser feito nesse sentido, mas sem posições extremadas.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, quando se congratulou com a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia não foi no sentido que seja a Câmara a fazer todo o trabalho, foi no sentido de ficar satisfeito para que este tema seja um tema do Concelho, porque efetivamente o foco de poluição é o Concelho da Guarda e muitas vezes se tem estado de costas voltadas para o Rio Côa, devendo ser esta Assembleia e a população civil a fazer o trabalho e não ser só a Câmara, porque se trata de um trabalho de pressão junto de quem tem a responsabilidade de poluir o Rio Côa.

Não havendo mais a dizer o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se alguém desejava intervir, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, aproveitou para poder de alguma forma, certificar-se ou seja ele vez um pedido para que os Presidentes da parte do Oeste e da Ribeira dos Cadelos, pudessem no final do almoço se deslocar ao Alto de Leomil para terem lá uma reunião, tendo pedido a um técnico, para estar presente, aproveitando a ocasião, não por obrigação, mas solicitar aos Senhores Presidentes para o dia 6 de outubro nas Eleições que vão decorrer, no sentido de rececionarem o material das mesas da Assembleia de Voto. A distribuição será feita no dia 02 de outubro, e normalmente quem faria a receção, seria o Presidente da Mesa, no entanto pediu para que os Presidentes das Juntas e o Presidente da Mesa, se possam disponibilizar para esse efeito, porque ele sabe que muitas vezes há a dificuldades de horários, mas que haja essa participação efetiva na receção desse material. Alertou também para que tenham esta intervenção junto dos Presidentes das Mesas, porque muitas vezes ficam dúvidas. Fizeram reuniões no Tribunal da Guarda chamando a atenção para os documentos errados e mapas que não estão devidamente assinados. Na reunião que houve com a GNR, voltou este assunto a ser debatido e aquilo que se pede é ler atentamente a documentação enviada pela Câmara Municipal; A recolha dos boletins de votos e restantes material eleitoral, será realizada por um funcionário do Município e por um Militar a cada Assembleia de voto; Deverão assinar os recibos em triplicado, ficará com o Presidente da Mesa um e os outros dois deverão ser entregues ao Militar da GNR; Deverão seguir as instruções constantes nos envelopes para a correta separação do material.

Informou também que, o Eng.º Paulo Carlos esteve a assistir à Assembleia Municipal, porque as Câmaras Municipais e as Juntas e Uniões de Freguesias, são obrigadas a implementar o Regulamento de Proteção de Dados. Foi feita essa comunicação e já há respostas no sentido de aceitação e de ajuda e ele está aqui para ver

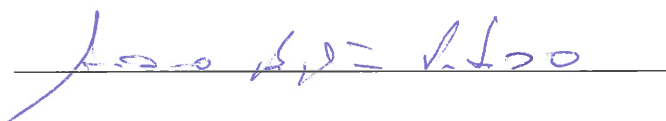
como é o funcionamento da Assembleia Municipal e para se cumprir também o regulamento e certamente haverá que implementar algumas medidas.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º da Lei número 75/2013, de 12 setembro.

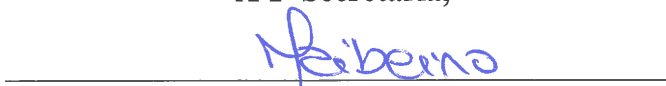
Nada mais havendo a tratar, quando eram 13.30 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com a 1ª secretária subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João de Deus', written over a horizontal line.

A 1ª Secretária,



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ribeiro', written over a horizontal line.